



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**SERVIÇO SOCIAL**

**CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO SOCIAL: O SERVIÇO  
SOCIAL FRENTE AO ABANDONO ESCOLAR**

**TALYTA SALLES DE CAMPOS**

Foz do Iguaçu  
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**SERVIÇO SOCIAL**

**CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO SOCIAL: O SERVIÇO  
SOCIAL FRENTE AO ABANDONO ESCOLAR**

**TALYTA SALLES DE CAMPOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof. Dr<sup>a</sup> Édina Mayer Vergara

TALYTA SALLES DE CAMPOS

**CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO SOCIAL: O SERVIÇO  
SOCIAL FRENTE AO ABANDONO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto Latino-Americano  
de Economia, Sociedade e Política da  
Universidade Federal da Integração Latino-  
Americana, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Serviço  
Social.

---

Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup> Édina Mayer Vergara  
UNILA

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Cristiane Sander  
UNILA

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Iana Carla Couto  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

### Tipo de Documento

graduação

Artigo

especialização

trabalho de conclusão de curso

mestrado

monografia

doutorado

dissertação

tese

(.....) CD/DVD – obras audiovisuais

(.....) \_\_\_\_\_

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_ Assinatura do Responsável

CAMPOS SALLES, Talyta. Construção da Educação como um direito social: O Serviço Social frente ao abandono escolar. 2019. 40 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

## RESUMO

Este artigo apresentará a construção da educação através de momentos históricos que demarcaram o cenário das políticas atuais de educação. Tendo como base a percepção do serviço social para contribuir no que diz respeito ao acesso e permanência escolar do aluno em situação de vulnerabilidade social na escola. Trazendo a reflexão de enfrentamento através da intervenção profissional para superação dos fatores associados ao abandono escolar que prejudicam o ensino-aprendizado da criança e adolescente em idade escolar. Abordará alguns dos fatores que estão associados ao abandono escolar e como isso pode ser transformado em ações afirmativas dos demais atores institucionais que atuam juntamente com o profissional de Serviço Social. Trabalhar a política de educação como um todo é também desenvolver ações em consonância com outras políticas sociais, nas quais estão imbricadas a educação, sendo elas assistencial, habitacional, de saúde entre outras.

**Palavras-chave:** Construção. Educação. Abandono Escolar. Ensino-aprendizado. Serviço Social.

CAMPOS SALLES, Talyta. Construction of Education as a social right: The Social Work against school dropout. 2019. 40 páginas. Final Paper of Social Work - Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2019.

### **ABSTRACT**

This article will present the construction of education through historical moments that marked the scenario of current education policies. Based on the perception of social work to contribute with regard to access and school permanence of students in situations of social vulnerability in school. Bringing the reflection of coping through professional intervention to overcome the factors associated with dropping out that impair the teaching learning of school-age children and adolescents. It will address some of the factors that are associated with dropping out and how this can be turned into affirmative action by other institutional actors who work with the social work professional. Working the education policy as a whole is also to develop actions in line with other social policies, in which education is intertwined, being assistance, housing, health and others.

**Key words:** Construction. Education. Dropout. Teaching learning. Social service.

CAMPOS SALLES, Talyta. **Construcción de la Educación como un derecho social:** El trabajo social contra el abandono escolar. 2019. 40 páginas. Documento Final de Trabajo Social - Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2019.

## RESUMEN

Este artículo presentará la construcción de la educación a través de momentos históricos que marcaron el escenario de las políticas educativas actuales. Basado en la percepción del trabajo social para contribuir con respecto al acceso y la permanencia escolar de los estudiantes en situaciones de vulnerabilidad social en la escuela. Trayendo la reflexión de afrontamiento a través de la intervención profesional para superar los factores asociados con el abandono que perjudican la enseñanza-aprendizaje de niños y adolescentes en edad escolar. Abordará algunos de los factores asociados con el abandono y cómo esto puede convertirse en acciones afirmativas de otros actores institucionales que actúan en conjunto con el profesional del trabajo social. Trabajar la política educativa en su conjunto también es desarrollar acciones en línea con otras políticas sociales, en las cuales la educación se entrelaza, siendo asistencia, vivienda, salud y otros.

**Palabras clave:** construcción. Educación. Abandono Enseñanza-aprendizaje. Servicio social.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1. A SECULARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: DOS ASPECTOS COLONIZADORES E ELITISTAS AO SEU CARÁTER PÚBLICO E UNIVERSAL.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: O DIREITO A EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA E UNIVERSAL.....</b>	<b>21</b>
<b>2. A POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO UNIVERSAL E GRATUITO.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 FATORES DO ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR.....</b>	<b>29</b>
<b>3. A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 PROGRAMAS FRENTE AO ABANDONO ESCOLAR E EVASÃO ESCOLAR.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2 SERVIÇO SOCIAL: ENFRENTAMENTO DO ABANDONO E/OU EVASÃO ESCOLAR.....</b>	<b>35</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi elaborada a partir da experiência em estágio obrigatório desenvolvido no curso de graduação em Serviço Social, através do qual surge a motivação de visibilizar as contribuições da profissão neste espaço sócio ocupacional. Foi através da vivência como estagiária no programa Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE) que pude compreender as demandas do Serviço Social e assim, sistematizar o estudo ora proposto.

O trabalho tem o propósito de apresentar uma revisão teórica sobre aspectos históricos que permitiram a implementação que a Educação se instituisse como uma Política Pública Social. Isto para que seja possível entender o significado histórico da conquista do seu caráter universal na Educação Básica. Pretende também entender o abandono escolar como uma expressão atravessada pela questão social e, no contraponto, apresentar as possibilidades da intervenção profissional como um caminho fundamental para que este direito seja garantido para além do acesso, mas também na permanência e desenvolvimento humano e social propostos pela atual Política Nacional da Educação.

Os objetivos pretendem visibilizar a secularização da educação brasileira, desde seus aspectos colonizadores e elitistas até seu caráter público e universal, acentuando a intervenção do Assistente Social na defesa dos direitos das crianças e adolescentes para além de acessar, permanecer e obter aproveitamento escolar.

Neste estudo foi possível retomar aspectos históricos que foram essenciais para as políticas atuais, dando acento ao seu percurso até consolidar-se em seu caráter público e universal. Também foi possível acentuar as contribuições do Serviço Social frente as expressões da questão social, responsáveis pelo abandono e evasão escolar, as quais são tão complexas quanto comuns nas escolas sendo fundamental a intervenção do Assistente Social no campo educacional.

Como descreve a cartilha – O Serviço Social na Educação do Grupo de Estudos do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, a importância do

profissional de Serviço Social é essencial no atual contexto, segundo o CFESS:

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. (Cartilha CFESS, 2001, p. 10).

Portanto, a atuação do assistente social no campo da educação é de suma importância, sobretudo no sentido de desenvolver suas habilidades conforme surgem as problemáticas no sistema educacional brasileiro. Conforme descrito na cartilha do CFESS:

Assim, demonstra-se a importância do Assistente Social (profissional de Serviço Social) integrar a equipe de ensino na área de educação, pois poderemos contribuir com a melhoria das condições da constituição do direito a educação pública, atuando principalmente no processo de inclusão social de crianças e adolescentes em idade escolar (CFESS, 2001 p.12)

No primeiro capítulo, intitulado como: A secularização da educação básica no Brasil: dos aspectos colonizadores e elitistas ao seu caráter público e universal, serão apresentados elementos da história da educação no Brasil desde o período colonial em que o ensino estava vinculado a religião sendo a maioria da população composta por povos originários – indígenas e a população africana a qual chegou junto com os colonizadores portugueses e espanhóis, para serem escravizados.

Nesse período chamado como “descobrimento” do Brasil, os padres Jesuítas vieram em caravanas lideradas pela igreja católica caracterizada como Missões Jesuíticas, eram caravanas que tinham o intuito de evangelizar os povos originários da América, sendo também mais tarde os pioneiros a trazer a alfabetização a esses povos, com isso além de alfabetizar foram destituindo a cultura indígena local, tendo seu caráter religioso e colonizador, no qual pretendia inserir o indígena fora de seus costumes a serviço da coroa portuguesa para escravizá-los.

O direito à educação no Brasil passou por diversos momentos até chegar aos dias atuais sendo o ensino de caráter público universal e gratuito, ressaltando também um marco histórico que colaborou para várias

transformações no cenário brasileiro foi a abolição da escravatura sendo uma data histórica na qual surgiram ainda mais desigualdades sociais, trazendo consigo a necessidade de mudanças nas leis e reformas política que depois da Proclamação da República se intensificaram mais, chegando até os dias atuais com as reformas e a Constituição Federal.

No segundo capítulo será descrito sobre o acesso e a permanência escolar que são dois parâmetros para que o estudante esteja acessando o seu direito a educação pública e gratuita, serão apresentados sobre os fatores que determinam e que levam o estudante ao abandono escolar e evasão escolar bem como dados estatísticos sobre o acesso e permanência escolar, as políticas públicas de educação e os direitos resguardados na Constituição, ECA e na LDB.

Por fim, no terceiro capítulo serão apresentadas algumas intervenções profissionais do Serviço Social para o campo educacional, buscando estimular uma apropriação destas na nossa Região e Curso.

Este estudo teve caráter de pesquisa bibliográfica, recorrendo a autores de base crítica, utilizando livros, artigos de periódicos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais que dizem respeito à Política Nacional da Educação, todos esses disponíveis em sites do governo federal.

## **1. A SECULARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: DOS ASPECTOS COLONIZADORES E ELITISTAS AO SEU CARÁTER PÚBLICO E UNIVERSAL**

Tendo em vista que a educação no Brasil é um direito de todos e universal, mas que esse direito não foi adquirido em um período de tempo breve, assim sendo um país colonizado há exatos 519 anos. O presente estudo ressalta os impactos dos processos históricos que o país viveu para adquirir o direito a educação, e que a desigualdade fosse combatida através de políticas públicas de acesso e permanência a educação.

O genocídio dos índios pelo enfrentamento a colonização e a escravidão no Brasil são marcos históricos determinantes para entender o contexto e a evolução do acesso à educação de um viés elitista e religioso para a universalidade das Políticas Públicas de Educação. Será demonstrado no primeiro capítulo sobre a historicidade da Educação no Brasil a partir da Colonização desse território na qual iniciou-se com o acesso apenas para a Elite. Após a chegada dos padres Jesuítas o acesso se concretizou apenas para os indígenas, entretanto sendo um ensino religioso e limitado a apenas ao trabalho, ensino voltado a técnicas agrícolas utilizadas para mão de obra escrava desses indígenas.

Há ainda que se falar sobre a resistência indígena para a catequese e a implementação dos costumes vindos da Europa, momento marcado por massacres dos índios que não aceitavam essa imposição.

A educação brasileira passou por diferentes processos até se constituir universal e gratuita. Desde o período colonial até os dias atuais mudanças de caráter Político, Social, Econômico e Cultural foram incrementos para que a Educação se constituísse como política social. Durante a colonização do Brasil a igreja Católica Romana foi a precursora do ensino de modelo escolar sob a influência do viés cristão que ainda se faz presente na base da educação brasileira atual.

Romanelli (2014) explica que a educação no Brasil se iniciou no período colonial com a chegada dos colonizadores portugueses com as missões Jesuíticas

que haviam se instalado neste território.

Com intuito de iniciar uma nova forma de organização política, econômica e cultural, os colonizadores se instalaram e tomaram as propriedades dos povos originários. Contudo, já sabiam da existência da ciência, a medicina e os costumes dos povos indígenas, mestiços e negros, porém, queriam perpetuar a ciência e a educação vinda da nobreza da coroa de Portugal, influenciada pela modernidade da Europa.

As missões dos padres da Companhia de Jesus tiveram o propósito de ensinar inicialmente os colonizadores, porém, houve uma resistência dos índios em viverem sob as ordens dos colonizadores, opondo-se em deixar sua cultura, surgiu então, a mobilização dos padres para alfabetizar e catequizar os indígenas que aqui habitavam, com propósito de civilizá-los. Pelo interesse dos portugueses, esta mobilização ocorreu com intuito de explorar os recursos naturais para enviar a Europa, estando seus habitantes resistentes a esta exploração, os portugueses viram uma estratégia de gerir este problema catequizando-os.

Embora a educação de caráter formal tenha chegado neste território, o acesso a ela se encontrava restrito, estando aberto apenas para a classe dominante, ou seja, os portugueses de característica baseada na família patriarcal, sendo excluídos dessa classe, as mulheres e crianças. Apenas uma pequena minoria teria acesso à educação, mesmo fazendo parte da família. Conforme ressalta Romanelli (2014, p. 33)

A primeira condição consistia na predominância de uma minoria de donos de terra e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos. Apenas aqueles cabiam o direito a educação e, mesmo assim, em número restrito, porquanto deveriam estar excluídos dessa minoria as mulheres e os filhos primogênitos.

Essa época se caracterizou por uma fase de extrema desigualdade social ficando as minorias excluídas sem a instrução culta e com frágeis possibilidades de prover suas necessidades, em especial os negros, indígenas e mulheres. Além do permanente massacre aos indígenas, os sem alma, o período era ainda descrito pela escravidão de negros arrancados da África e trazidos para estas terras.

Estes eram avaliados como não humanos, mas sim como mercadorias que não necessitavam nenhuma forma de preparo, mas apenas trabalhar para servir seus patrões, porém, como resposta a este problema restou a igreja Católica a

responsabilização da alfabetização e catequização, inicialmente aos indígenas com intuito religioso.

A Colonização no Brasil teve seus principais alvos os indígenas e negros, preocupados com a extração de matéria prima, os colonizadores possuíam o estigma de massacrar esses povos para conseguir explorar o máximo possível para garantirem o poder econômico, os negros eram tratados como mercadorias apenas e não como seres humanos. Foram trazidos à força da África de forma negligente em navios negreiros, muitos perdiam a vida em situações deploráveis no caminho até chegarem a esse território para serem explorados.

Com a relação à forma de ensino pelos Jesuítas, destaca Arruda Aranha (2006), que sobre o ensino Jesuítico, ainda se centrava no nível secundário, com viés conservador e alheio a revolução intelectual na qual era representada pelo racionalismo cartesiano e pelo renascimento científico.

A educação visava a formação humanística, privilegiando o estudo do Latim, dos clássicos e da religião. Ainda de acordo com Arruda Aranha (2006) as missões dos padres Jesuítas não se limitaram apenas ao branco colonizador, desde o século XVI e durante o XVII, se instalaram no Brasil, as reduções ou missões que foram acampamentos de padres com o propósito de catequizar os índios.

O foco das missões era a conversão religiosa, educação e trabalho. Dentre as ações catequistas das missões no Brasil, o trabalho do Padre Antônio Vieira que fazia parte das missões Carmelitas, foi destacado pela luta contra os colonos que escravizavam os indígenas, este teve que se retirar do Brasil por um período por estar fortemente engajado nesta luta.

É possível destacar que no período colonial no Brasil, a educação não era um fator primordial, devido a Colônia estar em processo de povoamento, estando evidenciada para os interesses dos países Europeus na extração de matéria prima. A cultura aristocrática e conservadora dos colonizadores não incentivava a educação, estando o ensino limitado a educação religiosa e conservadora com viés apenas em uma minoria. Neste período a educação formal não se fez imprescindível, um determinante para desenvolvimento da economia local que consistia na agricultura, sendo incentivada até então o manuseio da terra através de técnicas rudimentares.

Por mais que a alfabetização e ensino de técnicas agrícolas estava sendo realizado pelas missões Jesuítas no Brasil, o acesso a elas encontrava-se reservado

aos indígenas com pressuposto de catequizá-los e ao alfabetizá-los incentivar o seu desenvolvimento econômico em detrimento dos interesses das elites locais, é necessário destacar que uma outra minoria estava sem acesso à educação, os negros e mulheres.

Os Jesuítas contribuíram muito na construção do Brasil na época colonial, em que estava acontecendo o povoamento deste território, seus feitos foram de extrema relevância, como ressalta Arruda Aranha (2006, p 33) “ ... só na colônia a Companhia tinha 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever, instaladas em quase todas as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia”. O trabalho realizado pelos padres Jesuítas foi se desenvolvendo pelo decorrer do século XVI e XVII, encontrando seu auge na primeira metade do século XVIII, estando ameaçado seu pleno crescimento no Brasil Colônia, decorrente dos atritos advindos das coroas de Portugal e Espanha.

Segundo Arruda Aranha (2006), houve conflitos armados consequentes da chamada “guerras guaraníticas”, esses conflitos ocorreram entre as tribos guaranis que aqui estavam instaladas sendo catequizadas pelas missões e as tropas espanholas, como consequência desta guerra houve o tratado de Madrid que delimitou a demarcação do território Espanhol e Português na América Latina. Portanto, os Jesuítas eram uma ameaça no poder local, devido a alegações de estarem formando um “império temporal cristão”, com isso, os padres Jesuítas foram expulsos em 1759 do território que atualmente é o Brasil.

No ano de 1759, começa enfim uma nova era no Brasil Colônia, chamada também como a segunda fase do período colonial brasileiro, este ciclo trouxe influência dos movimentos iluministas que surgiam na Europa, especialmente em Portugal, com a expulsão dos Jesuítas e a vinda do marques de Pombal para este território, surge a “ Era pombalina”, permitindo uma reforma na educação, no qual possibilitou a mudança do ensino influenciado pelo viés cristão pela responsabilidade do Estado com a educação, de acordo com Olinda Magalhães (2003, p. 30):

Desorganizada com a expulsão dos Jesuítas, a educação passa a ser gerida pelo Estado e enfrenta a primeira desastrosa reforma de ensino no país. Pombal criou escolas regias oficializando o ensino, o “subsídio literário” – imposto criado especialmente para a manutenção do ensino primário,

que era da responsabilidade das câmaras.

Junto à reforma educacional, Marques de Pombal definiu o imposto para subsidiar o ensino secundário no Brasil Colônia, rente a reforma educacional o mesmo também apresentou princípios para seu governo que segundo o mesmo seriam importantes para o desenvolvimento do território, no qual delimitaria os fundamentos de seu governo. De acordo com Saviani (2013, p. 81), foram delimitados 9 princípios, são eles: “o desenvolvimento da cultura geral, o incremento das indústrias, o progresso das artes, o progresso das letras, o progresso científico, a vitalidade do comércio interno, a riqueza do comércio externo, a paz política e a elevação do nível de riqueza e bem-estar”

Esta reforma possibilitou que os Jesuítas fossem destituídos oficialmente de suas bases e o Estado fosse o principal articulador de toda a política local neste período. Contudo, a Reforma educacional nesses moldes impostos, se mostrou um retrocesso no ensino, segundo Arruda Aranha (2006, p. 192):

O marques de Pombal não conseguira de imediato introduzir as inovações de sua reforma no Brasil, após ter desmantelado a estrutura jesuítica, o que teria provocado o retrocesso de todo o sistema educacional brasileiro. Essa interpretação pessimista prevaleceu ao ser divulgada na importante obra de Fernando de Azevedo (A cultura brasileira), na qual ele afirma que a “ação reconstrutora de Pombal não atingiu se não de raspão a vida escolar da Colônia”

Houve nesta época uma escassez de escolas, e o sistema educacional estava em colapso, não havia professores qualificados e as escolas que ainda estavam funcionando ficavam apenas nas vilas e cidades mais importantes, os professores que ministravam as aulas além de não estarem devidamente preparados, não recebiam pagamentos por um longo período, sem falar também que os professores que aqui estavam, buscavam melhores condições de estudo em países da Europa, acontecendo assim, uma defasagem no ensino.

De acordo com Olinda Magalhães (2003, pag. 158), “ enquanto no Brasil, havia escassez de escolas e professores qualificados, os recém-formados pelos colégios partiam para se ilustrar em Portugal”. Além de ainda existirem poucos professores, os que estavam aqui em situação precária não tinham nenhuma forma de interesse em continuar nesse território, pois, não havia condições econômicas de manter as aulas, sendo obrigados a procurar outra vida em países europeus que, a



educação estava mais avançada do que no Brasil.

Em 1889 houve a queda da monarquia, surgindo neste território a Primeira República, dando início então ao período de governo representativo, federal e presidencial, este sendo instituído através da Constituição de 1891, caracterizado por algumas nomenclaturas este período foi chamado também de República Velha, República Oligárquica, República dos Coronéis e República do Café.

A política, nesta conjuntura baseava-se na oligarquia, ou seja, a política das elites que comandavam a economia e detinham as riquezas, segundo Arruda Aranha (2006) em alguns locais o que prevalecia era a influência dos coronéis, os fazendeiros de café e criadores de gado, a então chamada política do Café com Leite, sobretudo em três estados que estava no auge do desenvolvimento econômico, são eles: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Foram criadas reformas educacionais importantes neste período de governo, sendo a primeira elaborada no ano de 1890, chamada como a Reforma de Benjamin Constant ela possuía um papel essencial para o ingresso de crianças a partir dos 07 anos na educação primária, seria realizada em dois ciclos: 1º para crianças de 07 a 13 anos; 2º para crianças de 13 a 15 anos, o acesso à educação estava previsto pelo decreto nº 981 de novembro de 1890. Este foi o primeiro passo no marco histórico das políticas públicas para a educação pública no Brasil.

A economia no Brasil foi determinante para a criação do sistema de educação implementado pela reforma de Benjamin Constant, de acordo com Souza Freitas 2015, p. 02 apud, Fausto (2001):

A economia brasileira na primeira república era essencialmente agrícola e reconhecida mundialmente no padrão da divisão internacional do trabalho. O Brasil era centro produtor de matéria-prima, representado pelos produtos: café, cacau, borracha e açúcar, contudo o primeiro era o mais importante.

Portanto, apesar da reforma proposta pelo então ministro da educação ser essencial para a população no momento em que viviam, o caráter da mesma se caracterizava por ser elitista e liberal, tendo como base o interesse da burguesia a se adequar a economia ao desenvolvimento industrial vigente na época. Um dos princípios norteadores dessa reforma nesse período histórico da educação, se caracteriza pela laicidade e gratuidade da escola primária abrangendo apenas crianças entre 07 anos até adolescentes de 15 anos, após este período em que

teriam acesso gratuito na escola, o ensino já não era de responsabilidade do Estado, mas sim da família, sendo ele custeado pela mesma.

Houve ainda, anterior a Reforma de Benjamin Constant, um ato adicional do ano de 1834, no qual foi referencial quanto a educação primária, esse ato diz respeito a apenas os estados da federação que se encontravam em situação econômica mais avançada, os quais poderiam realizar algumas transformações, o que foi o caso de São Paulo que foi exemplo de Reforma no ensino primário. Caetano de Campos, então governador de São Paulo foi, um dos precursores do pensamento de universalidade e gratuidade da educação. Segundo Palma filho (2005, p 06 apud Reis Filho 1981, p 50):

O princípio pedagógico que orienta o pensamento de Caetano de Campos é o da educação pública, gratuita, universal, obrigatória e laica”. Campos é um livre pensador, fortemente influenciado pelos ideais liberais de sua época, à época ardorosamente pregados por Rui Barbosa. Como assinala, mais uma vez, Reis Filho: “[...] seu pensamento é fruto da vulgarização das obras dos naturalistas, historiadores história da Educação e filósofos que no fim do século XIX europeu, utilizaram os conhecimentos científicos para combater a metafísica escolástica.

De acordo com Romanelli (1991, p.37) “no século XIX o Brasil, no período em que o “Ensino Público” foi modificado, encontrava-se fortemente influenciado pelas ideias republicanas e por amplos questionamentos acerca do poder central sobre as provinciais”. Esta centralização política e financeira interferia significativamente no campo educacional. A instrução tinha o papel de estabelecer o domínio da classe dominante ociosa que acumulava riquezas a partir do trabalho escravo. A educação era um privilégio de poucos, ou seja, de pequenos donos de fazendas e pessoas ligadas aos donos de engenho e terras.

O período que se intitula “ Era Vargas” no Brasil que se caracteriza no início de 1930 até o ano de 1945, o presidente era o gaúcho Getúlio Vargas. Nesse período o Brasil passou por diversas mudanças na área educacional que tiveram grande repercussão e importância no desenvolvimento da educação no País, no que diz respeito ao ensino, foi criado o Ministério da Educação no qual teve seu impacto positivo para as demais gerações.

Os atos realizados no governo de Getúlio Vargas tiveram efeito a curto e longo prazo e se estenderam por mais anos no Brasil, o Ministério da Educação foi o

primeiro e foi criado com intuito de delimitar a educação e suas formas de manejo, tinha como ministro Francisco Campos, o qual criou vários decretos que fortaleceram o ensino nessa época, um deles foi o decreto 19.851 que direcionou novos rumos para o ensino secundário no Brasil.

Por outro lado, a indicação do ministro Francisco Campos teve orientação eclesiástica, considerando que houve interesses religiosos do então presidente Vargas que o indicou por ter um forte apoio de lideranças religiosas como Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), segundo Palma Filho (2005, p. 63):

Cabe lembrar que a indicação de Francisco Campos para a pasta da Educação contou com forte apoio da igreja católica, a partir de uma liderança prestigiosa do catolicismo, representado pelo intelectual Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). Desse modo, Vargas procurava atrair o apoio do clero católico. Tanto é que concordou com o fim do ensino laico, facilitando, com sua interferência, a volta do ensino religioso católico, principalmente, no ensino primário.

O caráter religioso ainda estava arraigado dentro das instituições de ensino secundário pela disciplina de ensino religioso, pensada sob direção política do governo de Getúlio Vargas, o ensino laico foi retirado e então sendo ministrado apenas o ensino cristão, até então o ensino brasileiro caminhava para a sua evolução pretendendo ser laico, público, universal e gratuito.

A década de 1930 caracterizou-se por um momento histórico no Brasil, nesse período constrói-se a bandeira de luta dos direitos sociais, surgindo então movimentos contrários a exploração da mão de obra fabril, até mesmo dentro das fábricas, culminando com o início da profissão de assistente social, sendo criada a primeira escola de Serviço Social em 1936, tendo como viés a caridade e a religiosidade, inicialmente participavam as damas da sociedade e a igreja católica, primeiramente surgiram a propósito de famílias donas de propriedades e de fábricas que se sentiam ameaçadas com as greves e manifestações que direcionavam ao trabalhador aos seus direitos como cidadão.

Houve em 1930 o Manifesto dos Pioneiros pela Educação, no qual destacou-se por dois grupos contrários que propuseram delimitar sobre os assuntos educacionais do momento em que o Brasil vivia. De um lado estavam os intelectuais liberais, socialistas e comunistas, de outro estavam católicos e conservadores em torno de um projeto de educação conservadora e renovação educacional, divergindo em torno de quatro pautas iniciais sendo elas: Obrigatoriedade para todos do ensino

elementar, Gratuidade desse mesmo ensino, Currículo escolar laico e Coeducação dos sexos. De acordo com Palma Filho (2005, p. 66) “o Manifesto não é apenas um documento preocupado em estabelecer um diagnóstico do quadro educacional brasileiro. Há nele uma proposta de criação de um sistema nacional de educação, consubstanciado num esboço geral de um programa educacional”

O Manifesto dos Pioneiros foi um marco na educação e esse documento deixou as diretrizes para se criar formas de desenvolvimento da educação no Brasil, dentre essas diretrizes estava proposto a educação universal sem distinções de sexo e a gratuidade do ensino. Sem dúvidas esse documento foi o primeiro passo para que as ideias sobre o ensino fossem mais aprofundadas e estudado cada vez mais no país.

A Constituição de 1934, utilizou os ideais do Manifesto dos Pioneiros e pela primeira vez conseguiu delimitar direitos universais para a educação no Brasil, sobre a educação, dispõe em seu capítulo II do título V:

Art. 149 A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana

Art. 150 Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;

O ensino no Brasil passou por inúmeros processos evolutivos e retrocessos, dessa forma na Constituição de 1937, foram alterados significativamente os artigos referente a educação. Na parte da educação e cultura que vai dos artigos 128 a 134 definiram alguns retrocessos modestos perante a responsabilidade do Estado com a gratuidade do ensino, de acordo com Palma Filho (2005, p. 70) o ensino público passa a ser responsabilidade do Estado apenas para quem realmente comprovar que necessita, sendo tratado como um auxílio e não como um direito, no artigo 129 deixa claro o ensino técnico como principal obrigação em garantir, de acordo com Palma Filho (2005, p. 70 apud ROMANELLI, 1999, p. 53) “Aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado passa, na Constituição de 1937, a

uma ação meramente supletiva.”

O ensino primário na Constituição do ano de 1946 de acordo com o decreto nº 8.259 que delimitou que fosse gratuito e universal sendo dividido em categorias para que fosse conduzido de forma totalitária, sendo proposto em duas fases, segundo Palma Filho (2005, p. 74) “O ensino primário fundamental subdividia-se em: a) primário elementar com a duração de quatro anos e primário complementar com a duração de um ano. Ambos se destinavam a crianças de 7 a 12 anos”. Foi um grande passo para a diminuição das taxas de analfabetismo na década de 40 como ressalta Romanelli. (1999, p. 161).

Na Constituição de 1946 a educação já se encontrava moldada segundo os princípios determinados no documento do Manifesto dos Pioneiros pela Educação e houve a repercussão e mudanças de vários artigos referentes a educação como o artigo 173 que estabelece “ As ciências, as letras e as artes são livres” e o artigo 168 no qual garante a liberdade de cátedra.

Somente nas Constituições de 1967 e 1988 que é possível destacar a prioridade em garantir a educação como um direito público e universal, diante de todas as leis e reformas políticas em que o Brasil passou para que o ensino público se tornasse de acesso a todos os cidadãos, independente de classe econômica e sexo, é possível descrever que ainda há muito a ser transformado na educação no Brasil, tendo em vista que a educação se transforma conforme a política vai mudando, ainda há a necessidade de mudanças nas políticas de educação brasileira, diante dos retrocessos ocorridos no cenário da política atual é preocupante para todos o futuro do ensino primário até o ensino superior nesse período.

## **1.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: O direito a educação pública gratuita e universal**

Na Constituição Federal de 1988 a Educação está apresentada como um direito de todo cidadão brasileiro. O acesso à educação e a permanência se inicia a partir da idade de 04 anos a 17 anos, sendo obrigatório o seu início no ensino infantil passando o fundamental até o ensino médio regular, esta obrigatoriedade está prevista através da ementa constitucional nº 59, passando a alterar os incisos I e VII do artigo 208 da Constituição Federal sendo eles: "I -educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; e VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

Sendo assim, dever de o Município, Estado e Ente Federativo garantir que os serviços públicos de ensino sejam oferecidos ao cidadão brasileiro de forma gratuita e de qualidade. Família e sociedade tem também a atribuição de fiscalizar e fomentar a defesa ao acesso e permanência do educando no ensino de qualidade e gratuito oferecido pelos serviços públicos do Governo das instancias municipais, estaduais e federais. No art. 205 da Constituição Federal de 1988 diz "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

A defesa do direito ao acesso à escola se consolida através do fomento a

educação das partes envolvidas no desenvolvimento social, intelectual e psicológico dos educandos desde seus primeiros passos na educação seja no ensino inicial infantil, fundamental até o médio. A escola é o primeiro contato que a criança tem no desenvolvimento intelectual.

O governo através da implementação de políticas públicas que visam este desenvolvimento faz com que se consolide o direito legalmente descrito na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205. É essencial o papel das políticas públicas que estimulam não apenas o acesso à educação, mas também que possa desenvolver ações de permanência na escola.

Planos e Programas são articulados e desenvolvidos para alavancar os índices de frequência escolar, eles são primordiais para o pleno desenvolvimento do estudante e são desenvolvidos nas instâncias Municipais, Estaduais e Federais. Entretanto, o investimento a estes planos e programas que buscam a permanência do estudante na escola é encurtado dependendo da atual conjuntura política, podendo ele ser encurtado devido a cortes nos investimentos a educação.

O ente federativo é o principal arrecadador de verba para investimento na área da educação, desenvolvendo formas de enfrentamento principalmente da Evasão Escolar, principal problema enfrentado no ensino básico. Os planos são formas de desenvolver metas que poderão ser atingidas a curto e longo prazo, o Plano Nacional de Educação – PNE- é um exemplo e trabalha com metas qualitativas e quantitativas regionais para o ensino básico.

O PNE é um plano nacional do Ministério da Educação e tem seu principal objetivo geral de promover o pleno desenvolvimento da educação nos municípios, estados e distrito federal através da implementação de 20 metas que serão alinhadas a esses entes para a promoção dessas metas e sua realização para que as políticas públicas de educação sejam mais fortalecidas em todas as áreas de abrangência nacional, contribuindo para sanar uma lacuna do ente federal na consolidação das políticas públicas de educação.

Um dos objetivos do PNE para o ensino básico, segundo o portal MEC do Ministério da Educação é “Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede pública”, dentro deste objetivo estão propostas

as metas qualitativas regionais que são:

1. Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para a população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.
2. Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para a população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.
3. Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.
4. Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.
5. Elevar a taxa de frequência à escola para a população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

A educação no Brasil é o resultado de muitas conquistas ao longo dos anos desde o descobrimento, o PNE é um dos resultados disso e mostra que essa evolução está caminhando positivamente. Cabe ressaltar que o momento atual não é o ideal e que ainda podemos evoluir para mais resultados positivos na política educação através da inclusão de estudantes que estão impossibilitados de frequentar a escola por diversos fatores de sua vida cotidiana.

Todavia, a política em si através de investimentos do Estado e juntamente a intervenção profissional dos atores institucionais atuantes no ambiente escolar é fundamental para contribuição nas metas do PNE e garantia de acesso e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Traduzindo em ações afirmativas de desenvolvimento para o ensino aprendizagem dos estudantes.



## **2. A POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO UNIVERSAL E GRATUITO**

Instituídas pelo Estado, as políticas públicas são de caráter contraditório, pois conseguem responder ao mesmo tempo os anseios do capital e do trabalhador, e o assistente social, como um mediador dessa contradição, faz o contato com o usuário através dessas políticas públicas, vê-se dentro dessa contradição na qual põe o Estado a favor do capital e de outro lado a favor dos trabalhadores.

Portanto, é por meio do Estado que há a criação de mecanismos de amenizar as consequências da exploração da mão de obra em interesse do capital através das políticas públicas, é para que o Estado como gestor público possa inserir as políticas públicas em diversos departamentos. De acordo com Yasbek (2001, p.04)

(...)a Política Social será abordada como modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos, respondendo a interesses diversos, ou seja, a Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem.

A política de educação, portanto, se encaixa como um direito adquirido ao longo de anos estando dentro dessa contradição entre o Estado e a classe trabalhadora. O direito a educação está resguardado pela Constituição Federal

(1988), Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

É de responsabilidade do Estado garantir a permanência das crianças e adolescentes que estão em idade de 04 anos aos 17 anos na escola, para tanto é necessário ter boas condições materiais e físicas que mantenham essa criança e adolescente dentro do ambiente escolar. Conforme o artigo 53 do ECA: “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” sendo assim, é de total dever do Estado garantir que esse objetivo seja resguardado sempre, contudo não é o que acontece no atual contexto do país.

Garantir o acesso não está somente em oferecer vagas para todos na escola, mas também resguardar a sua permanência, oferecendo condições estruturais que vão além de inserir esse estudante dentro do ambiente escolar, mas desenvolver estratégias de desenvolvimento social para a sua emancipação humana, valores que são resguardados pela constituição e que não estão sendo revistos pelo Estado, conforme defendido pelo CFESS:

O direito a educação, bem como o direito ao acesso e permanência na Escola tem sido garantido reiteradamente nos aspectos legais, seja na Constituição (1988), Estatuto da Criança e Adolescente (8.069/90), e na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), dentre outras, tendo como finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade (CFESS 2001, p. 10)

A inserção de profissionais de Serviço Social nas escolas é necessário para desenvolver todos os aspectos sociais e humanos de oferecer condições de permanência escolar, a inserção do assistente social na educação vem se configurando ainda mais como necessidade dentro das escolas no Brasil, a realidade da atual conjuntura do país demonstra dados alarmantes que mostram ainda mais a desigualdade no direito à educação. A política de educação não apenas assegura que o acesso seja adquirido, é necessário também que esse estudante permaneça dentro da instituição, com isso é importante que o profissional esteja atuante no contexto atual para desencadear estratégias no que diz respeito às necessidades sociais que o estudante está vivenciando em sua realidade, quais os

desafios que determinam a o abandono escolar e evasão escolar.

O Profissional visará sua intervenção de acordo com suas competências técnico- operativas, teórico metodológicas e ético-política da profissão consonante com os preceitos do Código de Ética do Serviço Social. No espaço ocupacional da educação a intervenção está em desenvolver ações de emancipação humana da criança e adolescente. Criando formas de prevenção do abandono escolar a partir da aproximação da família no processo de ensino-aprendizado na escola, sendo assim, criar vínculo da escola com a família para melhorar o desempenho escolar e combater a infrequência.

A permanência na escola é um dos maiores desafios para o estudante em situação de vulnerabilidade, é de praxe que esse direito seja adquirido após o acesso a política de educação e que esse direito no Brasil foi adquirido depois da constante luta para que saísse do papel e garantisse que todas as pessoas, independentemente de qualquer condição social pudesse estar dentro da escola desde os primeiros anos de idade.

Contudo, o sistema educacional do Brasil não garante que todas as crianças permaneçam na escola, os desafios são grandes ainda, existem diversas pesquisas e debates referentes a esse tema desafiador: a permanencia escolar, sendo um desafio atual para as gerações que virão e as que estão nesse sistema educacional brasileiro, em um dos encontros sobre esse eixo está o intelectual e estudioso Saviani (2009, p.01) no qual afirma que existem alguns obstáculos a serem perpassados no quadro atual do Brasil para a melhoria na educação:

Obstáculos econômicos, traduzidos na tradicional e persistente resistência à manutenção do ensino público; os obstáculos políticos, expressos na descontinuidade das iniciativas de reforma da educação; os obstáculos filosófico-ideológicos representados pelas ideias e interesses contrários ao sistema nacional de educação; e os obstáculos legais, correspondentes à resistência à aprovação de uma legislação que permita a organização do ensino na forma de um sistema nacional em nosso País.

A educação é a principal porta de entrada para o mercado de trabalho mais qualificado, e, lutar pela permanência dos empobrecidos no atual sistema educacional brasileiro é demasiadamente complexo para as camadas mais pobres da população, porque não é a apenas o seu acesso que garantirá ser bem-sucedido.

Mas sim as condições que levam o estudante a se preparar diante das

dificuldades na atual realidade do País no qual deparamos com falta de saneamento básico, condições de moradias precárias, dificuldade no acesso integral à saúde, a educação ficará em segundo plano, apesar de obrigatório a ainda é uma tarefa difícil manter -se dentro da escola. Na área rural, por exemplo, o maior desafio é de chegar na escola, locais que impossibilitam de a criança comparecer, muitos também não possuem meio de transporte.

Para que a educação seja um instrumento de formação intelectual a mesma não poderá se constituir independente de outras políticas sociais como: política de assistência, habitação e de saúde. É um desafio para o contexto atual que as famílias de baixa renda estejam todas amparadas em geral até se chegar a gratuidade integral da educação, incluindo os filhos que frequentam a escola, citando FREIRE (2000, p.67) “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” percebe-se que é necessária uma relação de vários atores institucionais , para intervenção conjunta no ambiente escolar que será a base para proporcionar ao estudante as condições necessárias de desenvolvimento do ensino aprendido.

De acordo com os dados do censo escolar do INEP o acesso no ensino fundamental no Brasil nas séries iniciais e finais foram dos anos 2014 a 2018:

<b>Ano</b>	<b>Acesso nas séries iniciais (Matrículas)</b>	<b>Acesso nas séries finais (Matrículas)</b>
<b>2014</b>	15.805.134	12.766.378
<b>2015</b>	15.562.403	12.368.807
<b>2016</b>	15.442.039	12.249.439
<b>2017</b>	15.328.540	12.019.540
<b>2018</b>	15.176.420	12.007.550

Fonte: Mec. /Inep/Deep

Através dos dados do Mec que relaciona às matrículas no ensino fundamental a idade escolar, podemos ressaltar que do ano de 2014 a 2018 houve diminuição de matrículas nas series iniciais e finais, e contrapondo esses dados com a meta do Plano Nacional para a Educação o observatório do PNE faz referência a uma das metas que se caracteriza por universalizar o ensino e tem seu primeiro objetivo de matricular todas as crianças e jovens de 06 a 14 anos na escola até a vigência do plano em 09 anos e vai até o ano de 2024, demonstra que o resultado

parcial desse estudo é que 98% desse público estava na escola no ano de 2018.

Esses dados mostram que houve um avanço significativo nas políticas de inclusão que elevaram esse índice, demonstrando que essa meta ainda pode ser aumentada restando ainda 2% de crianças que estão fora da escola, sendo um percentual de grande proporção, levando em consideração a o número de habitantes brasileiros, desse percentual foi constatado que essas crianças são, na maioria pobres, negras, indígenas e deficientes.

Do ano de 2014 a 2018 foi possível destacar que houve uma diminuição de matrículas nas series iniciais em comparação às series finais, concluindo que não houve uma continuação no ensino, por diversos motivos que levam o estudante a desistência, conforme demonstra os dados em todos os anos o número de estudantes que iniciaram as séries iniciais não continuou nas séries seguintes.

Torna-se um problema preocupante os dados referentes à falta de acesso das crianças na escola, dados que mostram a precarização do ensino, pois não apenas garantir o acesso é necessário mas sim fazer com que essa criança esteja participando corretamente do ambiente escolar, aproveitando este ambiente para desenvolver suas habilidades e assim se formar um adulto consciente de suas ações futuras e qualificado para o mercado de trabalho, porém há inúmeros desafios que impedem disso ocorrer, são desafios externos que compreendem a estrutura da instituição e as condições sociais nas quais está inserido que levam a sua permanência escolar.

Com relação ao abandono escolar no Brasil as taxas do ano de 2014 a 2018 foram diminuindo, como demonstrado na tabela a seguir com dados do IBGE:

<b>Ano</b>	<b>Taxa de Abandono Escolar</b>
<b>2014</b>	2,2%
<b>2015</b>	1,9%
<b>2016</b>	1,9%
<b>2017</b>	1,6%
<b>2018</b>	1,5%

Fonte: Mec/ Inep/ Deep

Houve uma diminuição no que se refere ao abandono escolar e isso é devido a um empenho gradual de que a criança que esteja na faixa etária de 06 a 14 anos

participem das séries que compreendam sua idade, a meta 2 do Plano Nacional de Educação PNE propõe universalizar em 95 % dos estudantes em idade escolar recomendada pela sua série e levam-se em consideração vários fatores para que a criança esteja dentro do ambiente escolar que vai desde a estrutura da instituição até questões relacionadas ao fracasso escolar que são devidos a fatores externos e internos.

## **2.1 FATORES DO ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR**

São diversos os fatores que determinam o abandono escolar e evasão escolar, de acordo com Cabral Luz (2015) existem os fatores externos e internos que são caracterizados por situações do cotidiano do estudante como: trabalho infantil, questões relacionadas a família e estrutura das escolas bem como a precarização do ensino, as vulnerabilidades sociais que o impedem de frequentar o espaço escolar, questões familiares e até mesmo a necessidade de trabalhar junto a família para ajudar no sustento.

Alguns fatores são analisados em relação ao abandono e à evasão escolar, surgindo classificações dos mesmos em fatores endógenos e exógenos. As causas exógenas são defendidas por autores como Brandão (1983), Arroyo (1993) Janosz (1997), Queiróz (2002), Zago (2011) argumentando que o abandono se alicerça na má condição familiar, na necessidade de trabalhar para auxiliar os pais no sustento da família e na diferença de classes que alteram as relações sociais. Segundo os autores mencionados, por mais que se tente solucionar o problema com políticas públicas regionais e locais inclusivas, o problema persiste. (ROCHA AURIGLIETTI 2014, p.03)

A precarização do trabalho dos educadores nas escolas e na estrutura das instituições públicas associado a baixas condições dos estudantes de permanecerem na escola são fatores que determinam a evasão escolar e o abandono escolar. Com o desmonte do Estado através de políticas de congelamento de investimento na educação e baixos salários aos educadores, a realidade da educação no Brasil está cada vez mais decadente e necessária a inserção de profissionais do Serviço Social que possam articular estratégias de intervenção nas diversas manifestações da questão social.

Um outro fator que fragiliza que o estudante esteja motivado para continuar sua

formação e assim desenvolver habilidades, está no processo de fracasso escolar. Tal situação abarca desde questões que podem advir do ambiente escolar, da proposta pedagógica, metodológica e didática adotadas, as relações intra-escolares, as condições sociais dos sujeitos que compõem o universo educacional, familiar e da própria rede socioassistencial, dentre outras. No decorrer de sua formação o estudante pode deparar-se com diversos problemas estruturais de ordem não somente econômica, mas que envolvem a instituição escolar - superlotação das salas, os salários baixos -, o ambiente familiar e a estrutura social, todos estes perpassados pela Questão Social e muitas vezes carregados de suas expressões.

Ainda sobre o fracasso escolar Cabral Luz (2015) aponta que esse fenômeno está imbricado ao sistema capitalista o qual traz o pensamento de que existe uma culpabilização do fracasso escolar ao estudante e seu próprio desenvolvimento, dizendo então que o estudante não sofre influências externas como a precariedade do ensino e o contexto mundial da sociedade capitalista de exclusão social.

A escola com sua estrutura elitista, discriminadora não consegue atender e manter os estudantes vindos da classe trabalhadora, pois não respeita suas experiências socioculturais. A cultura elitista se materializa através da linguagem, do livro didático, da dominação simbólica, dos métodos de ensino etc. (CABRAL LUZ, 2015, p.10)

O Brasil está em terceiro lugar no índice de abandono escolar conforme o apontam pesquisas do IBGE e de cada quatro estudantes que iniciam o ensino fundamental um abandona os estudos antes de terminar o nono ano, vale ressaltar que há uma diferença entre abandono escolar que está caracterizado pelo estudante fazer a matrícula escolar e estar em infrequência escolar, porém não desiste e evasão escolar caracteriza-se pelo estudante fazer a matrícula e desistir de comparecer as aulas. (IBGE, 2015)

Contudo, são diversos os estudos realizados que podem demonstrar que o estudante quando não frequenta a escola se caracterizando como abandono escolar e evasão escolar está associado a fatores que condizem a sua realidade atual que na maioria dos casos são crianças que vivem em situações de vulnerabilidades sociais extremas, podendo ser prejudiciais para sua formação e desenvolvimento como cidadão. De acordo com Rocha Auriglietti (2014, p. 02):

Os sujeitos que por um motivo ou outro abandonam ou evadem-se da escola farão parte de um grande contingente de cidadãos com má formação educacional, com dificuldades de assumir questões fundamentais de uma vida em sociedade tanto na esfera pessoal, profissional ou no que tange à cidadania. Em âmbito pessoal a baixa escolaridade pode comprometer a consciência de direitos e deveres. Profissionalmente podem encontrar limitações para assumir cargos que exigem formação acadêmica.

Quanto ao marco histórico dos direitos garantidos de educação e permanência escolar da criança, o artigo 53 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA em consonância com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Base – LDB- determina que a criança tenha todas as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento e se tornar assim um cidadão, políticas públicas que possam garantir o acesso e permanência é o que necessita para a universalização do ensino fundamental.

A inserção do trabalho do Assistente Social nas escolas é fundamental para desenvolver ações de garantia do direito a educação. Planos e estratégias que proporcionarão ao estudante dentro do ambiente escolar, trabalhar com os estudantes que estão em infrequência escolar pode-se traduzir em expressões da questão social que vão além dos termos evasão e abandono escolar, há situações vivenciadas no seio familiar que podem influenciar a infrequência escolar como violência intrafamiliar, reprovação escolar, problemas de saúde e outras situações que estão sendo vivenciadas pelo estudante dentro de sua família.



### **3. A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**

Para se entender a inserção do assistente social no campo da educação é preciso saber que o Serviço Social é uma profissão que se insere no contexto das relações conflituosas entre o capital e o trabalho, tendo o Estado como propulsor de manter essas relações nas quais são geradas pelo advento da industrialização e é através de políticas públicas que muda o contexto dessas relações.

Portanto, o Estado tem de introduzir formas de amenizar as consequências geradas, e o assistente social é, portanto, o agente que irá realizar a ponte entre o Estado e as demandas sociais. De acordo com Almeida et.al (2014, pág .62) o assistente social irá desenvolver suas habilidades em conformidade com vários atores institucionais.

O/A assistente social, atuando em uma equipe interdisciplinar – pedagogos, professores, psicólogos –, poderá contribuir na permanência e no combate à evasão escolar por meio da execução de atendimentos individuais (com os estudantes e/ou com seus responsáveis), reunião com a comunidade que gira em torno da escola, criando ou fortalecendo os conselhos Escola-Comunidade, as Associações de Pais e Mestres, reunião com os profissionais da educação da própria escola e das escolas próximas, com vistas a discutir os problemas comuns; visitas domiciliares aos estudantes e suas famílias, possibilitando conhecer sua realidade socioeconômica e cultural; contato e articulação com a rede de serviços do território, com vistas a encaminhamentos e discussões de situações que aparecem cotidianamente no interior das escolas. Almeida e et. al ( 2014, p. .62)

Partindo da premissa que é responsabilidade do Estado promover o acesso à educação e permanência do estudante na escola, que cabe ao mesmo criar mecanismos para assegurar tais direitos, o Serviço Social passa a ser inserido neste campo ocupacional para atender as demandas apresentadas no seio da Política de

Educação. Tal espaço ainda impõe grandes desafios ao profissional de Serviço Social, principalmente em relação à sua forma de inserção na Política de Educação.

Assim cabe destacar que é um campo sócio ocupacional no qual estamos construindo o processo de trabalho e a intervenção, com base no Código de Ética Profissional e referências do acervo profissional e interdisciplinar.

Cabe ao profissional de Serviço Social entender que a escola é um equipamento social, e que através dele podemos observar a realidade social na localidade. Entender que o processo educacional não está alheia as expressões da questão social, ao contrário, é neste espaço que por vezes as vulnerabilidades se apresentam e/ou são identificadas, como por exemplo, situações de violência intrafamiliar.

Assim as demandas apresentadas por tais equipamentos são decorrentes da realidade local, as demandas mais observadas correspondem a situação de pobreza, consumo de substâncias psicoativas, moradias precárias, violência, abandono escolar, evasão escolar, envolvimento com o tráfico, dentre outros.

A contribuição do Assistente Social no espaço Educacional vem no sentido da realização de diagnóstico local, através do levantamento das demandas mais apresentadas pela escola em determinada região. Trabalho Inter setorial com os serviços da rede de modo a ver o indivíduo, em sua totalidade. Outra atividade realizada corresponde ao encaminhamento à rede de serviços e programas do município.

Programas e projetos são de toda forma necessários para a integração e universalização do ensino, o governo federal propõe programas como Bolsa Família e Caminhos da Escola que realizam um trabalho paliativo apenas, mas que não vai no cerne da situação. As ações que geram a emancipação e autonomia do sujeito são de extrema importância para que não seja somente amparado o estudante, mas a sua situação familiar.

O processo de ensino-aprendizagem do estudante se dá a partir de vários fatores que envolvem os educadores e demais agentes como os sujeitos da família sendo necessário que o trabalho do profissional pautado no processo de aprendizagem desse estudante, porém para que isso ocorra é necessário a integração de todos esses fatores para que assim o mesmo desenvolva suas habilidades e sua autonomia como cidadão.

Políticas Públicas que proporcionem às camadas empobrecidas da população

a sua emancipação como sujeitos de suas próprias histórias são o fundamento de alguma equidade neste sistema capitalista, mas o Estado regride neste propósito ao aprovar a Emenda Constitucional 95, fruto da “PEC da Morte”. É a diferença do pensamento que coloca a Educação como gasto e não investimento em seu povo.

### **3.1 PROGRAMAS PÚBLICOS FRENTE AO ABANDONO ESCOLAR E EVASÃO ESCOLAR**

Programas e Projetos de inclusão social são desenvolvidos com propósito de enfrentamento da evasão escolar e abandono escolar, são criados para focar principalmente no desenvolvimento humano das crianças e adolescentes em idade escolar e, com isso, permanecer dentro da escola, são essenciais, sobretudo para desenvolvimento do ensino-aprendizado dos estudantes que estão em situações de vulnerabilidade social. Conforme ressalta Rocha Alighietti (2014, p. 04)

O governo federal nos últimos anos tem buscado combater o abandono na Educação Básica através de programas sociais como o Bolsa Família e outros, mas esses programas são paliativos e não chegam ao cerne do problema. (Apud, Rocha Aurigietti 2014, LEAL, 2010).

Podemos destacar o Programa Bolsa Família e Caminhos da Escola, dois programas de âmbito Federal que desenvolvem ações afirmativas diante das situações de abandono escolar e evasão escolar, são necessários para subsidiar formas de o estudante acessar a escola, especialmente aqueles que possuem renda familiar muito baixa. Há diversos outros que poderiam ser acessados através da intervenção profissional, chegando à escola através de projetos.

O Bolsa família é um programa do governo Federal criado no ano de 2003 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e tem por objetivo beneficiar famílias em situações de vulnerabilidade que possuem em sua composição familiar crianças e/ou adolescentes em idade até 15 anos e jovens de 16 e 17 anos, sendo desenvolvido para as famílias que possuem renda mensal de até R\$ 178, 00 por pessoa.

Um dos aspectos legais desse Programa está em manter as crianças e adolescentes frequentando a escola para a garantia do recebimento do auxílio, sendo a permanência escolar um dos critérios para o recebimento desse subsídio.

Existe ainda o programa Caminhos da Escola no qual é essencial para garantir o acesso de crianças e adolescentes que residem em locais longe da escola onde estudam, sobretudo em áreas rurais e locais de difícil acesso à escola.

Esses e outros programas subsidiarão e acompanharão o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes que estão em idade escolar, programas que respondem parte das necessidades atuais das famílias em situações de vulnerabilidade social, trazendo a elas a oportunidade de acessar serviços que lhes são direito, mas que de algum modo não puderam fazê-lo.

A educação é a base de todo o desenvolvimento humano e seu direito é garantido pela Constituição, bem como existem leis e decretos de âmbito federal, estadual e/ou municipal que validam esse direito.

O profissional no espaço ocupacional possui os instrumentos e as competências para intervenção na realidade como um todo. Apesar da demanda ser demasiadamente e significam grande em alguns momentos, o mesmo irá trabalhar com as alternativas que possui, dialogando sobre a realidade atual e enfatizando na preparação para os desafios da profissão.

### **3.2 SERVIÇO SOCIAL: ENFRENTAMENTO DO ABANDONO E/OU EVASÃO ESCOLAR**

O assistente social no campo da educação tem seu objetivo de desenvolver estratégias que irão desde o estudo e planificação da intervenção profissional social, para sua intervenção direta nas expressões da questão sociais presentes dentro do ambiente escolar, são práticas de desenvolvimento de pesquisas e orientações voltadas ao desenvolvimento social, cultural e econômico do sujeito. Trabalhar em consonância com a rede escolar também se faz necessário para a inclusão do estudante dentro do seu espaço. Segundo o CFESS (2014, p. 13):

Para o profissional que atuar com o Serviço Social Escolar (assistentes sociais habilitados ao exercício da profissão) caberá desenvolver técnicas profissionais, dentre outras as seguintes funções: Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar; elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando

prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do estudante e sua formação para o exercício da cidadania; Participação em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência o uso de drogas e alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto contagiosas e demais questões de saúde pública (...)

Cabe ao profissional de Serviço Social desenvolver suas habilidades para realizar o atendimento e desenvolver técnicas de enfrentamento das questões mais complexas dentro do campo educacional que são o abandono escolar e evasão escolar, pois são dois fatores decorrentes de outros aspectos que envolvem o contexto social, cultural e econômico do estudante.

Diversas são as ações que irão proporcionar ao estudante a inserção no contexto educacional de forma a promover seu desenvolvimento como cidadão e assim, colocar-se como sujeito de sua própria história. É possível destacar que projetos Sociais instrumentos importantes que são desenvolvidos dentro das escolas para intervenções nas mazelas das expressões da questão social.

O projeto social é uma ação planejada que nasce dessa necessidade de se intervir em uma determinada realidade ou problema e tem um propósito quando criado, o de transformar realidade estudada, sendo uma alternativa para enfrentamento da chamada questão social” (MEDEIRO, 2016, pág.09)

Projetos de inserção do estudante novamente no ambiente escolar são necessários e compõe-se de ações de integração do mesmo com a comunidade escolar, trazendo a dimensão colaborativa com os sujeitos do processo de seu aprendizado. O profissional poderá de forma abrangente incluir os demais integrantes da família através de acompanhamento em projetos de orientações sobre a necessidade da frequência escolar para o processo de ensino aprendizado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisar a construção da política de educação no Brasil compreende perpassar por diversos momentos históricos e significativos. Marcos históricos que são bases para conhecer os caminhos que devem ainda serem construídos para então assim, estender-se mais o direito a educação para todos de forma universal e gratuita.

São processos que dependem da relação entre todos os atores institucionais que envolvem a escola, sendo educadores, diretores e funcionários da instituição bem como o Assistente social.

Haja visto que as políticas públicas são criadas pelos entes federativos, sendo assim, o dever de resguardar o direito a educação e todas as outras políticas que estão imbricadas, de forma a alcançar a todos a partir de leis e decretos. O investimento público é fundamental nesse processo também, sendo o alicerce para transformações eficazes na educação como um todo.

Compreender o marco histórico da educação é fundamental para conhecer a educação no Brasil e saber que o período inicial se realizou na colonização do Brasil em que o ensino ainda estava estabelecendo-se no território. O foco não estava no fortalecimento intelectual, mas sim em exploração do território e dos povos originários. A universalização da educação foi o maior passo para que as camadas sociais de baixa renda tivessem acesso à escola de forma gratuita.

Tendo em vista que ainda não está universalizado o acesso, pois segundo dados do último PNE 2% de crianças e adolescentes em idade escolar ainda não acessaram o ensino fundamental, se faz necessário mais investimentos na educação.

A contribuição do Serviço Social no atual contexto da educação se faz

necessária e possui muitos desafios. O profissional, a partir de suas competências, estuda criticamente a realidade social como um parâmetro para desenvolver suas ações de intervenção. O abandono escolar, por exemplo, está associado aos diversos fatores da vida cotidiana dos estudantes e suas famílias nesta sociedade capitalista extremamente desigual, assim se faz necessário não somente a atuação do Serviço Social nesse contexto, mas investimentos públicos para efetivar os propósitos da atual Política de Educação de nosso país.

O desenvolvimento da educação no Brasil depende da atuação do Estado e, em tempos de recesso de investimentos em políticas sociais, a atuação profissional e seus órgãos de classe dentre eles e principalmente o CFESS travaram lutas pela inserção e obrigatoriedade de que Serviço Social e Psicologia componham os quadros dos profissionais da educação pública em nosso país.

O Projeto de Lei Complementar PLC 60/2007 em seu art. 1 dispõe que o poder público deverá assegurar atendimento desses profissionais a alunos das escolas públicas de educação básica que deles necessitarem. Após a aprovação na câmara dos deputados e posteriormente vetado pelo presidente Bolsonaro, o congresso derruba este veto em novembro de 2019. Efetivar e acesso, permanência e desenvolvimento dos estudantes neste direito é uma luta histórica, a escola pública, universal, inclusiva e como base para o exercício profissional e cidadão na vida adulta ainda está em sua turbulenta e contraditória primeira infância.

A consolidação dos direitos de todas as crianças e jovens acessarem a educação básica, pública, gratuita e de qualidade ainda não se consolidou e bem mais frágil estão as possibilidades de que o acesso permita a permanência e o bem suceder-se no aproveitamento escolar, tornando a intervenção do Serviço Social, Inter disciplinada às outras áreas de conhecimento e políticas sociais, mais que fundamental para o enfrentamento dessas violações de direito.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jaqueline Natália; SILVA, Claudia Neves. **A contribuição do Serviço Social na garantia da permanência dos estudantes na educação básica: um estudo a partir das escolas públicas estaduais do município de Rolândia/PR.** Ser. Soc. Rev., Londrina, V.17, n 1, p 46-65, jul/dez, 2014.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação.** Brasília, junho de 2011.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda, **História da Educação e da Pedagogia.** 3º ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

AURIGLIETTI, Rosangela Cristina Rocha. **Evasão e abandono escolar: causas, consequências e alternativas – O combate à evasão escolar sob a perspectiva dos estudantes.** 22 páginas. Os desafios da Escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, Artigos, 2014.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** – Brasília, DF: Inep, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)> CABRAL, Carine Grazielle da Luz. **Evasão Escolar: o que a escola tem a ver com isso?** 27pág. Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL, 2015.

DAMASIO, Aline Medeiro. **O projeto social como resposta à questão social.** 4



**Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais.** 2016, Belo horizonte- MG

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 34.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. FREITAS, Maria Vanderlânia Sousa. A reforma Benjamin Constant e a educação Básica no início do século XX. In. II CONEDU- Congresso Nacional de Educação, 2015, Campina Grande- PB.

IBGE- INSTITUTUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico.**

OLINDA, Silvia Rita Magalhães. **A educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente.** Universidade Estadual de Feira de Santana- Dep. de Letras e Artes. Feira de Santana- BA, nº 29, pag. 153-162, jul. /dez, 2003. PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed.** São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 4960.

PDE – **Plano de Desenvolvimento da Educação. Análise crítica da política do MEC.** Campinas: Autores Associados, 2009. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo, 99).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil.** 40º ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação. LDB, trajetória, limites e perspectivas.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997. (Coleção Educação Contemporânea

SAVIANI, Dermeval – **Sistema Nacional de Educação: Conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil.** UNICAMP GT-05: Estado e Política Educacional.